

As mulheres e o café no Maciço de Baturité, Ceará: uma aliança agroecológica¹.

Júlia /UFC-UNILAB-CE

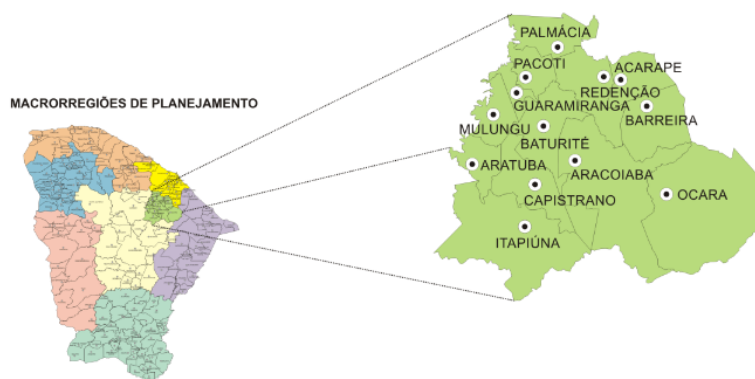
Lailson Ferreira da Silva/UNILAB-CE

Palavras-chave: Café; Agroecologia; Mulheres.

1. INTRODUÇÃO

O Maciço de Baturité é uma das macrorregiões de planejamento do estado do Ceará, segundo A Lei Complementar Estadual nº 154 de 20 de outubro de 2015, composta por 13 municípios: Baturité, Acarape, Aracoiaba, Barreira, Capistrano, Itapiúna, Ocara, Redenção, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia. Com uma área territorial 3.778,77 Km², ocupa 2,5% do território cearense e conta com uma população de 248.015 mil habitantes (SEPLAG, 2023).

Figura 1 - Mapa de Identificação do Território do Maciço de Baturité



Fonte: IPECE

A ocupação dessa região no século XVIII sofreu mudanças com a chegada da Missão Nossa Senhora de Palma, em 1759. Anteriormente, os povos originários Kanindé já a habitavam e, esporadicamente sertanejos do estado do Ceará fugindo da seca se estabeleceram por lá (Silva, 2006; Moraes; 2023). Não muito diferente de outras regiões

¹ "Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)".

do Brasil, o Maciço de Baturité teve plantio monocultivo de cana-de-açúcar (Cavalcante; Girão, 2019 *apud* Ribeiro, 2023, p.25). Mas o ciclo do café foi o significativo para a região, promovendo desenvolvimento e ao mesmo tempo causando problemas ambientais.

Em 1822 o café é introduzido na região. De acordo com Amorim e Assis (2022, p.463), foi Antônio Pereira de Queiroz Sobrinho quem iniciou o cultivo do café no Maciço de Baturité. Há controvérsias se as primeiras sementes teriam vindo para o Ceará de Pernambuco via Cariri (Catão, 1937; Girão, 2000 *apud* Ribeiro; Rufino, 2018, p. 522) ou diretamente do Pará, onde primeiro tentou-se plantar a planta da família rubiácea.

O café 100% arábica (*Coffea arabica*) da espécie *typica*, a mais antiga dos tipos arábicas, muito apreciado pelo seu sabor mais adocicado foi o primeiro a ser cultivado e permanece até os dias atuais. Em pouco tempo, o café de Baturité atraiu sertanejos que antes utilizavam a zona serrana como “zona de refrigério”² por períodos temporários, para trabalhar com a agricultura do café.

Até final do século XX, o café era cultivado de maneira extrativista, ou seja, tudo que a planta produzia era retirado sem a reposição humana de nutrientes. As primeiras experiências com os cafeeiros foram a pleno sol, ou seja, recebiam luz solar direta tanto das plantas quanto o solo. Dessa maneira, parte da mata atlântica presente na região foi desmatada, dando lugar aos cafezais. Essa prática ao longo dos anos, causou o empobrecimento do solo e, por conseguinte, houve a diminuição da produção de café. Na busca de resolver esse problema, foram feitas experiências com a técnica de sombreamento.

Quando já se julgava decretada a extinção, pelo esgotamento, da cultura cafeeira na Serra de Baturité, surgiu o remédio salvador: a arborização pelas ingazeiras, que fixando o azoto do ar e atapetando a terra de humosa camada de folhas decompostas, restituíram a seiva à terra e a vida aos velhos cafeeiros, que renovaram e refloriram. Foi uma verdadeira ressurreição. O roçado da gameleira, plantado em 1849, foi arborizado de ingazeiras em 1904, quando ameaçava perecer. Revivesceu. Foram replantadas as falhas. E presentemente (1945) ainda apresenta cerca de sessenta por cento de cafeeiros antigos, com noventa e seis anos de idade, vigorosos e **produtivos** (Lima, 1946, p. 226-227 *apud* Moraes, 2023, p.110. Grifo do autor).

² Zonas que as populações buscavam para fugir dos períodos de maior seca por estarem em maior altitude e terem um clima mais ameno.

O sombreamento logo se mostrou exitoso tanto na recuperação dos cafezais como da mata nativa. O café à meia-sombra e/ou à sombra total virou sinônimo de fartura no Maciço pela qualidade da fruta e pelo sabor único. Com o consórcio com ingazeiras, camunzês, bananeiras, mangueiras, garantia-se o lucro aos donos de sítio, aos pequenos agricultores com a venda do café e, aos agricultores que faziam parte da mão-de-obra dos sítios.

Figura 2 - Foto do café cultivado sob as ingazeiras, com os cafeeiros no primeiro plano e as ingazeiras ao fundo. Fonte: Júlia Moreira Ribeiro.



Vale ressaltar que o cultivo do café com a finalidade de exportação colaborou para a expansão da região, principalmente urbanisticamente. O café em especial foi a razão pela qual foram criados os trilhos que saíam de Fortaleza e passavam por Pacatuba até chegar em Baturité. E, no auge do rendimento econômico, o café do Maciço chegou a representar mais de 2% do café exportado pelo Brasil (Ceará, 2005, p.1).

Em 1967 com a política intervencionista do Instituto Brasileiro de Café (IBC), hoje extinto, juntamente com o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) promoveram e executaram o Programa de Erradicação dos Cafezais. A finalidade era equilibrar a superprodução e a deflação ocasionada pela diminuição de

exportação diante da crise de 1929 nos Estados Unidos. A estratégia escolhida consistiu em controlar o crescimento dos estoques diminuindo as menores produções.

Como a produção no Maciço de Baturité era familiar e bem menor comparada ao que se fazia no Sudeste e no Sul do Brasil, São Paulo e Paraná (Nagay, 1999), o café na região chegou a ser chamado de “antieconômico”, de acordo com uma das interlocutoras filha de um cafeicultor que recusou aderir ao programa. A adesão ao programa era voluntária, contudo, condicionada a um ressarcimento em dinheiro por cada hectare de cafeeiro arrancado.

Essa estratégia não surtiu os efeitos esperados. Por conta da utilização do sistema de a pleno sol nessas regiões, não houve proteção contra as geadas e a ‘superprodução’ logo diminuiu em cerca de 5 anos. Para reverter esse quadro, o IBC criou um programa em 1971 com o propósito de reativar antigos cafezais, investindo em novas mudas, fertilizantes e agrônimos. Como condicionante os recursos atenderiam aos plantios feitos a pleno sol, como acontecia nas regiões mais frias.

O Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafezais chega em Baturité em 1971. Contudo, em menos de 5 anos, tempo mínimo para a primeira safra do café, os novos pés já tinham morrido. Isso aconteceu porque haviam, novamente, sido plantados a pleno sol. Para compensar, o IBC distribuiu mudas de banana aos cafeicultores prejudicados.

Com as políticas intervencionistas sobre o cultivo do café, muitos donos de sítios e agricultores migraram para a fruticultura e horticultura, incentivados pelo IBC. Esses primeiros não saíram totalmente no prejuízo, pois receberam indenização pelos pés de cafés arrancados e, logo passaram a ter lucro com a fruticultura. Enquanto os segundos que ganhavam com o roçado e a apanha do café sentiram o desamparo imediato.

Uma minoria, no entanto, seguiu com o plantio do café. A história dos que seguiram é semelhante: o apego ao cultivo, o preço pelos trabalhadores envolvidos, a tradição de cultivar o café e a confiança no retorno financeiro, apesar das opiniões contrárias. Desses que continuaram a plantar café, o formato extrativista é praticamente regra; por ser à sombra de outras árvores e em morros, a adubação era a mais “natural” possível, ou seja, ficava ao trabalho das folhas e do tempo que as fazia se decompor. Esses produtores tiveram grande importância na reivindicação pela proteção da área da mata úmida do Maciço e pela divulgação do cultivo natural, que passará a ser chamado de ecológico.

Até 1990 não havia um reconhecimento sobre as práticas conservacionistas dos cafeicultores expressas no cuidado com a floresta e a possibilidade de plantar os cafeeiros à sombra sem desmatamento. Isso acontece após um movimento de reivindicação por políticas de preservação da Mata Atlântica presente na Serra de Baturité, realizado pelos cafeicultores, sociedade civil e organizações não-governamentais (ONGs) (Amorim; Assis, 2022).

Essa mobilização proporcionou a criação de parcerias. Por exemplo, a chegada do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) junto aos cafeicultores mais antigos mobilizou dois movimentos: o do turismo com o café – Rota do Café Verde (2015) e Rota Verde do Café (2017) e a criação de uma associação de cafeicultores ecológicos, a Associação EcoarCafé (2021)³.

Desta forma, me aproximei da associação com o intuito de perceber as relações geradas no encontro entre a agroecologia e as mulheres nesse contexto. A participação nas reuniões mensais realizadas na comunidade de Uirapuru, região serrana da cidade de Baturité, me possibilitou fazer os primeiros contatos com as interlocutoras dessa pesquisa. Uma delas é Mônica Farias, presidente da EcoarCafé, sua trajetória de vida e de sua família está intrinsecamente ligada ao café.

Esse contato com Mônica, me levou a conhecer outras mulheres também interessadas na reativação dos cafezais pertencentes às suas famílias. Por meio de conversas via *WhatsApp* e visitas em seus sítios, nas quais busco me adequar a rotina dessas mulheres que dividem o cultivo do café com outras atividades, tais como: dona de casa, administradora, vendedora e professora; tenho estreitado nossos diálogos. Percebe-se como esse movimento se articula com as memórias/identidades individuais e à renovação de suas próprias vidas. Nessa caminhada, a revitalização dos cafezais apresenta-se nesse primeiro momento como uma filosofia de vida associada à agroecologia.

São elas, a própria Mônica Farias (Sítio São Roque), atual presidente da Associação EcoarCafé, dona de sítio, produtora e agricultora. As irmãs Luzia e Ivanilda Taveira (Banco de Muda das Manas), conhecidas como as manas, agricultoras de mudas de café *typica*. Dirlan Venuto, produtora, dona de sítio e agricultora. As irmãs Concília e Mirtha Barros (Sítio Veredas), produtoras, donas de sítio, agricultoras. E, no caso de Mirtha, mestre de torra.

³ A associação tem como propósito difundir as práticas agroflorestais e a aquisição de uma Identificação Geográfica (IG), com o argumento de que ajudará a manter o cultivo ecológico do café e do Maciço.

Todas as mulheres têm uma relação de memória familiar ligada ao cultivo do café na família no sítio, passado de geração em geração. Mesmo com o aumento do trabalho, essas mulheres contribuem para práticas agroflorestais e incentivam outras a darem continuidade ao cultivo do café ecológico. Assim, procuro mostrar nesse texto como a ligação afetiva e a confiança dessa rede feminina pode gerar alianças agroecológicas.

2. O CULTIVO DO CAFÉ NO MACIÇO E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Em 2022, o café no Maciço de Baturité completou 200 anos de presença. Em alguns sítios, como o Sítio São Roque, são mais de 100 anos. Na Associação EcoarCafé, atualmente, há 16 membros, divididos da seguinte maneira: produtores com plantio, interessados em iniciar o plantio, donos (as) dos sítios da Rota Verde do Café e não integrantes da associação que vendem café apenas no comércio local. Vale ressaltar que independente de participarem ou da associação, toda a produção é oriunda do plantio consorciado.

Para Moraes (2023), a prática do consórcio entre plantas na serra não é inaugurada pela demanda do café, pois muitos pequenos agricultores realizavam esse sistema para plantar alimentos para garantir a alimentação cotidiana já no século XIX. De forma similar, os produtores de café da região passaram a utilizá-lo (Severino; Oliveira, 1999; Ribeiro; Rufino, 2018), na tentativa de recuperar os pés que não estavam resistindo aos desgastes do solo causadas pela exposição ao sol e pelo monocultivo. Nesse sentido, o processo de recuperação da serra de Baturité é bem anterior aos planos de desenvolvimento plurianuais (Cisne; Cisne; Cisne, 2021) e à presença dos movimentos ambientalistas.

Em 1990, no entanto, o discurso ambientalista passou a fazer parte também dos discursos dos cafeicultores que seguiram com o cultivo do café. Ao se mobilizarem juntamente com ONGs, população local e cafeicultores conseguem que a primeira Área de Proteção Ambiental do Ceará, APA da Serra de Baturité⁴ (APA) seja criada (Amorim; Assis, 2022). Vale ressaltar que a criação da APA fez parte de um projeto de reestruturação do território cearense com a finalidade de dinamizar a economia do estado

⁴ Decreto Estadual N° 20.956, de 18 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/04/Serra-de-Baturit%C3%A9.pdf> Acesso em 16 jun. 2024

com foco em diferentes cidades, promovendo o desenvolvimento de forma sustentável (Nascimento, 2018).

O café sombreado, portanto, surge de uma necessidade de continuar plantando e garantindo a sobrevivência dos agricultores, utilizando-se uma forma de plantio já utilizada localmente em outros cultivos. Dessa necessidade de pensar as condições de continuar plantando, Joan Martínez Alier descreve como “ecologismo dos pobres” (2007), no qual ele relata:

[...] não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição de subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje (Alier, 2007, p. 34).

Da necessidade, também se depreende a percepção dos seres-humanos sobre o plano sistêmico em que todos os seres se encontram. O café não foi apenas sombreado; ele foi assimilado com outros seres que viviam melhor sob menos estresse. Podemos afirmar que o café de sombra “renasce” agroecológico, se elaborarmos com base em preceitos hoje mais difundidos e constituídos da agroecologia (Leff, 2002; Primavesi, 2021), como a atenção dada ao solo, a necessidade econômica para manter os agricultores e a continuidade dos plantios e a própria condição de subsistência. Sabe-se hoje que as folhas do café também possuem nutrientes capazes de reforçar a adubação do solo (Severino; Oliveira, 1999; Queiroga *et al.*, 2021), o que possibilitou que o consórcio com o café fosse também feito com frutíferas.

Se o ressurgimento do café tem preceitos que muitos agrônomos seguem se empenhando em desenvolver um paradigma que una ciência e saberes-fazer e hoje passaram a definir como agroecológico (ver também Oliveira, 2022), esse renascer vai ter seu ciclo parcialmente interrompido pelos programas de caráter intervencionista do IBC. Contudo, os cafeicultores que não aderiram aos programas intervencionistas se juntaram e criaram a primeira associação voltada para o café ecológico, a Associação dos Produtores Ecologistas do Maciço de Baturité em 1995 (APEMB) (Saes, 2007 *apud* Amorim; Assis, 2022, p. 470).

A mobilização desses agricultores foi inicialmente em torno da valorização do cultivo ecológico, mas buscou promover “[...] assistência técnica, pesquisa agrônoma, atividades de promoção comercial, crédito, educação ambiental e apoio para a organização dos produtores” (*idem*). Passam a compor os “sujeitos do café” o SEBRAE, a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (EMATER-CE), as

universidades, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os bancos Banco do Brasil e Banco do Nordeste, além da ONG Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA) (Saes *et al*, 2001 *apud* Amorim; Assis, 2022, p. 471).

Os caminhos para a agroecologia, assim, são novamente reabertos, contando dessa vez com o apoio das entidades do governo mencionadas acima. Não há, no entanto, políticas públicas voltadas para o cultivo do café ecológico ou incentivo formal para a transição agroecológica que acarreta a criação do consumo nichado desse café. Não só em Baturité, mas no Brasil como todo, as políticas de favorecimento a uma transição agroecológica “[...] são pontuais e não respondem ao que poderíamos entender teoricamente como política pública, mas sim como são fragmentos isolados de iniciativas incluídas em projetos e programas” (Caporal; Peterson, 2012, p.66).

Desde então, foram feitas várias tentativas de reativar essa economia do café no Maciço de Baturité. Entre os anos 1990 e 2024, ano em que esse trabalho é escrito, as conquistas mais significativas foram realizadas por mulheres no comando da atual associação ligada a preceitos ecológicos, a EcoarCafé, com outros produtores(as) e atualizada tanto pelo aumento da presença feminina quanto pela formalização da adesão do sistema agroflorestral. A revitalização dos cafeeiros vem sendo acompanhada também da revitalização das vidas dessas mulheres, que veem no café uma forma de retomar suas vidas e a tradição de suas famílias.

3. A PRESENÇA FEMININA NO CULTIVO DO CAFÉ

No passado, o trabalho das mulheres na economia do café era restrito à colheita dos frutos. Atividade na qual sempre tinham a companhia de seus filhos(as), pois era sua obrigação cuidar da prole. Com o dinheiro adquirido, podiam comprar tecidos para fazer novas roupas e ficarem mais independentes da repartição dos homens. Com o processo de revitalização do café, esse cenário foi se modificando e as mulheres assumiram o protagonismo nessa nova etapa. Ao mesmo tempo em que se empenham na recuperação dos cafezais ressignificam suas vidas na inter-relação com as práticas agroecológicas.

Uma dessas mulheres é Mônica Farias, filha e neta de cafeicultores. Ela faz parte da terceira geração da família a plantar o café *typica*. De uma família composta por 1 irmão e 5 irmãs, foi a única a ter interesse em continuar o legado da família, resistindo aos processos intervencionistas entre as décadas de 1960 e 1970.

Alfredo Farias, avô paterno de Mônica, foi o primeiro da família Farias a iniciar o plantio de café em 1913 à sombra e livre de químicos. O café tornou-se a principal fonte de renda da família e gerou empregos para as famílias de trabalhadores do sítio.

O pai de Mônica, Gerardo Farias, assumiu a produção de café após a morte de seu e deu continuidade às práticas anteriores. Ele foi um dos fundadores da primeira associação de cafeicultores ecológicos do Maciço, a APEMB, juntamente com outros cafeicultores que não aderiram aos programas intervencionistas. Assim, a família Farias tornou-se uma referência na região quando se fala de práticas preservacionistas ligadas ao cultivo do café plantado desde o início na mata úmida sombreada. A credibilidade também passou para a filha ao longo dos anos, mesmo ela rompendo com a tradição da família centrada na figura masculina.

Mônica entrou para a cafeicultura quando seu pai já não conseguia mais dar conta das demandas do sítio que tinha 13 hectares antes de ser dividido entre os irmãos. Antes de seu falecimento, ele já havia iniciado uma relação com o SEBRAE, mas não conseguiu participar da fundação da EcoarCafé.

O luto e o receio de perder os costumes relacionados à perda familiar de ascendentes é uma situação comum para pelo menos quatro interlocutoras. O pai de Mônica faleceu em 2018. Enquanto as Manas, Luzia e Ivanilda Taveira, apelidada de Mana, perderam seu pai em 2020. Antes disso, em 2018, Ivanilda teve que lidar com a morte de seu marido, retornando a morar com sua família na comunidade de Uirapuru. Nessa família, a tradição do cultivo de café também está ligada à figura paterna, como no caso de Mônica.

Com a morte do pai das Manas o cafezal ficou abandonado. Ao indagá-las se no passado faziam mudas, elas responderam que “antigamente, o café caia, brotava e, no máximo, era transplantado”. O café cultivado nos quatro hectares dessa família era usado tanto para a venda quanto para o consumo próprio.

Em 2021 o SEBRAE classificou o terreno das irmãs como tendo as características necessárias para fazer um viveiro onde poderiam cultivar mudas de café e vendê-las para os associados(as) da EcoarCafé e interessados(as) no plantio de modo geral. No início, elas não demonstraram interesse nessa proposta. Mas ambas viram aquela oportunidade como um experimento e uma “terapia”. O primeiro plantio foi feito

em 2021 e todas as mudas vingaram. Foram 3 mil pés de café arábica, do tipo *typica* e *araras*.

Figura 3 – Luzia e Ivanilda (Mana) em 2021 com as primeiras mudas em seu terreiro. Fonte: As Manas.



Nessa linha de retomar a aproximação com o café no contexto do luto, também se faz presente a história de Mirtha, Concília e Letícia Barros, do café Humaitá, em homenagem ao sítio do avô que levava esse nome. Em 2020, com a decretação da pandemia causada pela COVID-19, Mirtha sai de Caruaru onde ainda mora e realiza seu trabalho principal como representante de vendas, e foi para Mulungu passar o isolamento com a mãe e as irmãs.

Ao chegar no sítio, se deparou com os pés de café sem cuidados. Através de sua mãe, dona “Didi”, conheceu as técnicas de cultivo e os modos de preparo, principalmente a torra no fogão à lenha. Com o falecimento dela em 2021, as três irmãs ficaram muito abaladas. Mirtha e Concília seguiram com a prática de produzir café e distribuí-los entre oferecer a vizinhos e conhecidos com a finalidade de que outras pessoas conhecessem o café “de Baturité”⁵.

Motivadas por uma vizinha, as irmãs experimentaram vender o café na feira de Mulungu que acontece aos domingos. A venda foi um sucesso e o café mesmo sem as características que o tornam especial hoje – como o modo de cultivo, de seleção e de torra.

⁵ Ele é conhecido assim por ter se proliferado em uma época em que todas as cidades constituíam Baturité.

Isso as motivou a investirem na produção e comercialização do café, mais especificamente Mirtha passou a aprender mais sobre o cultivo do café.

Iniciou fazendo cursos *online* e depois em cursos presenciais em São Paulo e Minas Gerais. Sem maquinários, ela busca novos conhecimentos para dar continuidade a terra do café *typica* no fogão à lenha, mantendo-o especial⁶. Essa busca de conhecimento a faz manter viva a memória de sua mãe e da família com o “bônus” de reaproximar o convívio com as irmãs. Assim como Mirtha, Concília e Letícia também se aproximam cada vez mais do café. Quando Mirtha está em Caruaru, Concília cuida da lavoura e de outros processos relacionados. Com exceção da terra. Também é ela quem participa das reuniões mensais da EcoarCafé. Sua pretensão é se dedicar integralmente a cafeicultura após sua aposentadoria.

O cultivar café para essas mulheres nunca está desassociado com a memória familiar e/ou das paisagens do café. Ao mesmo tempo que cultivam e buscam novas técnicas nesse processo, também nutrem suas memórias, ganhando forma em uma planta. Curiosamente, Donna Haraway, juntamente ao movimento feminista, argumenta que esse grupo deve tomar a iniciativa de dissociar o parentesco da genealogia e das espécies (2016, p. 141). O fazer parentes não se relaciona com a concepção de novos seres humanos, mas em criar familiaridade com seres que habitam o mesmo planeta.

Para Félix Guatarri (2001) há três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana que se articulam entre a ética e a política, sendo capazes de mudar os modos de viver para além da perspectiva industrial tecnocrática. Nessa perspectiva, como não enquadrar a memória afetiva como parte da agroecologia, e quiçá uma tecnologia, que entrelaça modos de viver e cultivo da terra por meio do cultivo da memória?

Não dá para esquecer que muitas dessas mulheres antes realizavam o trabalho doméstico e com a entrada na cafeicultura passaram a ter mais uma jornada de trabalho, que apesar de acrescentar uma renda, só revela o quanto antes outros trabalhos não eram reconhecidos e injustos socioeconomicamente (Paulilo, 2016).

Dirlan é mais uma das mulheres cultivadoras de café que se enquadram no perfil mencionado acima. Ela se divide entre o trabalho doméstico e os cuidados com o sítio

⁶ O café especial leva em conta o tipo do café, as condições socioambientais, a seleção dos grãos e a terra. Para as mulheres entrevistadas, é uma forma de compensar o trabalho artesanal e a valorização da preservação da região serrana. Informações sobre os tipos de café disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/qual-diferenca-entre-cafe-tradicional-gourmet-especial-24787760>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

onde produz: café, banana, tangerina, entre outras frutíferas. Assim como Mônica, Dirlan vem de uma família que planta café há três gerações. E, dentre os 13 irmãos, é a única interessada no cultivo.

Junto à Associação EcoarCafé, ela busca apoio com a reativação de antigos plantios que eram do bisavô. Como as outras cafeicultoras, Dirlan não recebe apenas o apoio da associação, mas o incentivo e a inspiração por parte de Mônica. Como se desdobra para dar conta do trabalho doméstico e do desejo de reativar os cafezais, nem sempre participa das reuniões mensais da associação.

Mais que um feminismo propriamente dito existe uma rede de apoio entre mulheres-mulheres e mulheres-café que não é fundada na relação de base essencialista, como explica Paulilo (2016, p. 302), em que existiria uma relação inata entre mulheres e natureza. Nesse mesmo argumento, Paulilo fala que a ideia de natureza “Ora é vista como imutável em suas leis de funcionamento mais profundas e, ao mesmo tempo, como ‘sábia’, ora ela é vista como estando à disposição dos homens, de sua ciência e de sua técnica” (*idem*, p.303).

Desconstruir essa ideia se aproxima da desconstrução do gênero e os papéis associados, uma vez que tanto a concepção de natureza quanto de gênero foi elaborada por um viés machista. Como no caso relatado por Lage (2018), no qual ela faz um estudo comparativo entre as mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, as atividades ecológicas têm motivações antes pessoais, sociais e culturais do que políticas, e “[...] os protagonistas dessas lutas não são as classes sociais, são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista dos interesses coletivos por vezes muito localizados, mas potencialmente universalizáveis” (p.13-14). Retomando Haraway, a própria resgata o significado de parente:

Fazer parentes é fazer pessoas, não necessariamente como indivíduos ou como seres humanos. [...] Marilyn Strathern me ensinou que os “parentes”, em inglês britânico, eram originalmente “relações lógicas” e só se tornaram “membros da família” no século 17. [...] Penso que a extensão e a recomposição da palavra “parente” são permitidas pelo fato de que todos os terráqueos são parentes, no sentido mais profundo, e já passaram da hora de começar a cuidar dos tipos-como-arranjos (não espécies uma por vez) (Haraway, 2016, p. 142).

Como base nos estudos sobre o café do Maciço (Ribeiro, 2023; Moraes, 2023) os paralelos com e os relatos de nossas interlocutoras, percebemos a centralidade dessas mulheres na transição agroecológica. Para além de motivações políticas, esse é tema

central e parte importante das escolhas metodológicas, sendo suas dinâmicas de vida não menos impactantes sobre o desdobrar da pesquisa.

4. Considerações Finais

Desde a retomada da economia do café no Maciço de Baturité, a participação das mulheres nesse circuito aumentou. Se antes elas eram associadas somente ao papel das apanhadeiras, hoje, encontramos mulheres diretamente responsáveis pelo cultivo do café, pela facilitação ao acesso de mudas, pela agregação de valores ecológicos e familiares, como também ocupando o cargo de presidência e na vice-presidência da EcoarCafé. Esses aspectos incentivaram outras mulheres a percorrerem o mesmo caminho.

O perfil da maioria dos associados(as), incluindo os homens, se aproxima de Mônica Farias. São pessoas que cultivam a memória da agricultura familiar, dos aromas do café torrado com rapadura no fogão à lenha em uma época de pouco tecnicismo eletrônico. E, perseveram para manter os processos artesanais, familiares e ecológicos.

Podemos dizer que as atividades relacionadas ao café não é exclusividade dos homens nem das mulheres, mas para elas desempenham um papel mais que fundamental em suas vidas: o da emancipação, do cultivo de memórias e da difusão de preceitos agroecológicos, reelaborando as formas de ocupação da natureza e das vidas envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Café. A crise de 1929. 2021. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/a-crise-de-1929/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

AMORIM, M. A; ASSIS, R. L. A experiência de produção de café na Serra de Baturité - Ceará: aprendizado empírico e os reveses causados pelas políticas cafeeiras do Brasil. **Boletim de Geografia**, v. 39, p. 459-476, 2022.

ARAÓZ, Horacio Machado; NAVARRO, Mina Lorena. **La trama de la vida en los umbrales del Capitaloceno**: El pensamiento de Jason W. Moore. México: Bajo Tierra A.C., 2020.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). **B.goiano.geogr.** Goiânia, v. 32, n. 2, p. 139-157, jul./dez. 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia 6**: p.63-74, 2012.

CEARÁ. Governo do Estado. Decreto nº. 20.956, de 18 de setembro de 1990. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, neste Estado, e adota outras providências. Fortaleza, CE, 1990. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/08/apa-da-serra-de-baturite/>. Acesso em: 5 mai. 2024.

CEARÁ, Governo do Estado do. Arranjo produtivo local de café ecológico sombreado no Maciço de Baturité. Fortaleza. 2005. 23p.

CISNE, Ana Thais Carneiro; CISNE, José Joaquim Neto; CISNE, Letícia Maria Carneiro. Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, vol. 11, n. 27, 2021.2.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. 11ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I**. Ano 3. N. 5 / Abril de 2016.

LAGE, Allene. A mulher dentro dos movimentos sociais do campo: Emancipações em disputa no âmbito na construção de protagonismos. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, v.1, n.1, jan./abr. 2018.

LEFF, Henrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002

MORAIS, Leonardo Noberto de. A partir do café, para além dele: a formação de Baturité a partir das relações de trabalho e das experiências dos sujeitos. **Centúrias - Revista Eletrônica de História**, v. 1, n.3, p. 107-123, jun./dez. 2023. Limoeiro do Norte.

NAGAY, Julio Hidemitdu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de história. **Formação Econômica**, Campinas, (3): 17-23, jun. 1999

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. A (re)produção do espaço do Maciço de Baturité: análise das políticas de desenvolvimento urbano-regional. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, 2018.

OLIVEIRA, Amanda Antunes Reis Santos de. Aterrando com Agroecologia: vida e técnica, do solo ao agroecossistema. 2022. 286 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/46074>>. Acesso em: 7 abr. 2024.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, vol. 15. Florianópolis. 2016

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo - solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. In: 2. ed. Sao Paulo: Expressao popular, p. 205. 2016.

RIBEIRO, S. R. P.; RUFINO, M. S. M. O café agroecológico produzido na região serrana de Baturité, Ceará. **Revista Verde em agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.13, n° 4, p. 521-530, 2018. retrieved from DOI: <http://dx.doi.org/10.18378/rvads.v13i4.5779>

RIBEIRO, S. R. P. Aspectos eco-socioeconômicos do cultivo do café sombreado na serra de Baturité, Ceará, Brasil. 2023. 147f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73806>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SEMACE. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ. **Área de proteção ambiental da serra de Baturité**. 2010. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SEVERINO, L. S.; OLIVEIRA, T. S. de. (1999). Sistema de cultivo sombreado do cafeeiro (*Coffea arabica* L.) na região de Baturité, Ceará. **Ceres**, 28(46).

SEPLAG, 2023. Perfil da Macrorregião de Baturité. P.42-47. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2011/05/Perfil-Regional-Baturite.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: Dinâmicas Locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editores, 2006.

QUEIROGA, V. P., GOMES, J. P.; MELO, B. A., ALBURQUERQUE, E. M. B. **Cultivo de café (Coffea arábica L.) orgânico sombreado para produção de alta qualidade**. Campina Grande: AREPB, p. 279, 2021.